

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social – COMAS de Caraguatatuba, realizada em vinte e seis de Maio de dois mil e vinte e três, na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania (SEDESC), sito a Av. União das Américas, nº 380, Bairro Jardim Aruan, às 09h. Presentes na reunião os Conselheiros: Aline Rodrigues Alves Ciaca, Lívia Bachiega Yamamura, Mariana Estella Cestari Lese, Jeanete Xavier Damasceno, Cintia Yara Silva Barbosa, Daniella Pereira Lellis, Daniela Bandeira Vaz, Evelyn Thiari Brito Fonseca, Janaína Tavares, Suelen Helen da Costa Moura, Suelen Simões de Oliveira, Luceli Cristina de Oliveira Cotia, Iara Freire da Costa, Gisele Rosana dos Santos, Renata Cristiane de Souza, Beatriz Moraes Ferreira e Sonia Eugênia de Brito Amaral. Justificaram suas ausências: Leda Maria Goulart de Oliveira, Aline Antonia da Silva, Melissa Silva de Oliveira, Cleonice dos Santos Pacola, Maria Elvira da Silva Alves, Silvia Aparecida Marinho de Freitas, Luciana dos Santos Rocha, Leandro Ribeiro e Luiz Otávio Paes. Presente como convidada a Secretária Adjunta da SEDESC, Sra. Carmen Silva Landim Ferreira. Presente também o Secretário Executivo, Luiz Gustavo do Prado. A Vice-Presidente do COMAS, Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e informou que devido a problemas de saúde a Presidente do Conselho, Sra. Leda Maria Goulart de Oliveira não poderá estar presente nesta reunião. Que sendo assim, dirigirá os trabalhos. Verificada a existência de quorum suficiente para deliberações a Sra. Aline Alves colocou em pauta o **primeiro assunto** que trata do preenchimento do **Sistema PMASWEB referente a Prestação de Contas dos Recursos Estaduais de 2022, Execução Financeira dos Recursos Municipais e Federais de 2022**. A Sra. Aline passou a palavra para Conselheira Lívia Bachiega Yamamura. A Conselheira Lívia iniciou sua fala e lembrou aos presentes que a Prestação de Contas dos recursos estaduais referente ao exercício de dois mil e vinte e dois, já foram aprovadas por este Conselho na reunião de treze de fevereiro de dois mil e vinte e três, através da Ata nº 249 e Resolução nº 003 de 14/02/23 do COMAS, dando ciência aos conselheiros do preenchimento no sistema dessas informações já aprovadas anteriormente, com os ajustes necessários dos recursos devolvidos. Em relação a Execução Financeira dos recursos municipais no ano de dois mil e vinte e dois, a Conselheira Lívia apresentou os valores lançados no Sistema do PMASWEB de acordo com planilha já encaminhada para análise deste Conselho sendo nas seguintes formas e valores: **Serviços de Proteção Social Básica**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 2.222.520,00 (dois milhões duzentos e vinte e dois mil quinhentos e vinte reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 1.815.634,00 (um milhão oitocentos e quinze mil seiscentos e trinta e quatro reais), Valores Executados no total de R\$ 1.775.692,08 (um milhão setecentos e setenta e cinco mil seiscentos e noventa e dois reais e oito centavos); **Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 70.700,00 (setenta mil e setecentos reais) e Valores Executados no total de R\$ 42.275,19 (quarenta e dois mil duzentos e setenta e cinco reais e dezenove centavos); **Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 4.505.600,00 (quatro milhões quinhentos e cinco mil e seiscentos reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 5.192.185,00 (cinco milhões cento e noventa e dois mil cento e oitenta e cinco reais) e Valores Executados no total de R\$ 4.229.972,04 (quatro milhões duzentos e vinte e novemil novecentos e setenta



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

e dois reais e quatro centavos); **Benefícios Eventuais**, Previsão inicial de repasse no valor de R\$ 3.934.400,00 (três milhões novecentos e trinta e quatro mil e quatrocentos reais), Recurso Disponibilizado no valor de R\$ 7.530.616,00 (sete milhões quinhentos e trinta mil seiscentos e dezesseis reais) e Valores Executados no total de R\$ 7.530.616,00 (sete milhões quinhentos e trinta mil seiscentos e dezesseis reais). Em relação à Execução Financeira dos Recursos Federais no ano de dois mil e vinte e dois, nas seguintes formas e valores: **Serviços de Proteção Social Básica** – Previsão Inicial de repasse no valor total de R\$ 594.000,00 (quinhentos e noventa e quatro mil reais); Saldo reprogramado de dois mil e vinte e um, no valor de R\$ 923.863,43 (novecentos e vinte e três mil oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e três centavos), Recursos Disponibilizados no montante de R\$ 161.467,73 (cento e sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta e três centavos), Aplicação Financeira no valor de R\$ 86.684,88 (oitenta e seis mil seiscentos e oitenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), Valor Executado no total de R\$ 470.751,94 (quatrocentos e setenta mil setecentos e cinquenta e um reais e noventa e quatro centavos); Valor passível de Reprogramação de R\$ 701.264,10 (setecentos e um mil duzentos e sessenta e quatro reais e dez centavos); **Serviço de Proteção Social Especial** – Previsão Inicial de repasse no valor total de R\$ 594.420,00 (quinhentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e vinte reais), Saldo reprogramado de dois mil e vinte e um, no valor de R\$ 403.326,61 (quatrocentos e três mil trezentos e vinte e seis reais e sessenta e um centavos), Recursos Disponibilizados no valor de R\$ 227.245,15 (duzentos e vinte e sete mil duzentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), Aplicação Financeira no montante de R\$ 29.248,08 (vinte e nove mil duzentos e quarenta e oito reais e oito centavos), Valor Executado no total de R\$ 501.369,76 (quinhentos e um mil trezentos e sessenta e nove reais e setenta e seis centavos); Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 158.450,08 (cento e cinquenta e oito mil quatrocentos e cinquenta reais e oito centavos); **Programas e Projetos** – Saldo total reprogramado de dois mil e vinte e um, no valor de R\$ 339.649,43 (trezentos e trinta e nove mil, seiscentos e quarenta e nove reais e quarenta e três centavos), sendo R\$ 136.455,82 do Programa Criança Feliz, R\$ 41.835,95 do Programa Acessuas Trabalho, R\$ 141.774,77 do AEPETI, R\$ 19.582,89 do Programa BPC na Escola. Aplicação Financeira no montante de R\$ 31.026,93 (trinta e um mil vinte e seis reais e noventa e três centavos) sendo R\$ 12.889,36 do Programa Criança Feliz, R\$ 3.522,33 do Programa Acessuas Trabalho, R\$ 12.792,71 do AEPETI, R\$ 1.822,53 do Programa BPC na Escola, Valor Executado no total de R\$ 83.399,50 (oitenta e três mil trezentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) sendo R\$ 17.786,00 do Programa Criança Feliz, R\$ 8.185,10 do Programa Acessuas Trabalho, R\$ 37.079,60 do AEPETI, R\$ 20.348,80 do Programa BPC na Escola; Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 287.276,86 (duzentos e oitenta e sete mil duzentos e setenta e seis reais e oitenta e seis centavos) sendo R\$ 131.559,18 do Programa Criança Feliz, R\$ 37.173,18 do Programa Acessuas Trabalho, R\$ 117.487,88 do AEPETI, R\$ 1.056,62 do Programa BPC na Escola; **Incentivos a Gestão (IGDs)** – Previsão Inicial de repasse: R\$ 314.339,64 (trezentos e catorze mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e quatro centavos) referente ao IGD-PBF, Saldo reprogramado de dois mil e vinte e um, no valor de R\$ 516.543,18 (quinhentos e dezesseis mil quinhentos e quarenta e três reais e dezoito centavos) sendo R\$ 381.079,81 do IGD-PBF e R\$ 135.463,37 do IGD-SUAS, Recursos Disponibilizados no valor de R\$ 164.407,35 (cento e sessenta e quatro mil quatrocentos e sete reais e trinta e cinco centavos) sendo R\$ 151.813,59 do IGD-PBF e R\$ 12.593,76 do IGD-SUAS, Aplicação Financeira no montante de R\$ 52.010,21 (cinquenta e dois mil e dez reais e vinte e um



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

centavos) sendo R\$ 38.484,95 do IGD-PBF e R\$ 13.525,26 do IGD-SUAS, Valor Executado no total de R\$ 148.963,37 (cento e quarenta e oito mil novecentos e sessenta e três reais e trinta e sete centavos) sendo R\$ 143.559,42 do IGD-PBF e R\$ 5.403,95 do IGD-SUAS; Valor passível de Reprogramação no total de R\$ 583.997,37 (quinhentos e oitenta e três mil novecentos e noventa e sete reais e trinta e sete centavos) sendo R\$ 427.818,93 do IGD-PBF e R\$ 156.178,44 do IGD-SUAS. Encerrada a explanação a Vice-Presidente retomou a palavra e a abriu para manifestações dos Conselheiros. Não havendo questionamentos, Sra. Aline solicitou ao Secretário Executivo que encaminhasse a votação. Colhidos os votos dos Conselheiros presentes verificou-se que está aprovado por unanimidade os valores e preenchimento no sistema PMASWEB referentes à Prestação de Contas do Recurso Estadual no ano de dois mil e vinte e dois e Execução Financeira dos recursos municipais e federais, também do ano de dois mil e vinte e dois. Sobre o **segundo assunto** da pauta que trata do **Plano de aplicação recurso AEPETI 2023**, a Vice-Presidente cedeu a palavra à Secretária Adjunta da SEDESC, Sra. Carmen Silvia Landim Ferreira, para que falasse sobre o tema. Sra. Carmen explicou sobre o Programa e seus eixos e em relação ao Plano de Aplicação do recurso reprogramado do AEPETI para o ano de dois mil e vinte e três, conforme encaminhado para conhecimento de todos os Conselheiros, ficará distribuído da seguinte forma: para o Eixo 1, o valor de R\$ 47.200,00 (quarenta e sete mil e duzentos reais), para o Eixo 2 o valor de R\$ 61.122,00 (sessenta e um mil cento e vinte e dois reais) e para o EIXO 3 o valor de R\$ 9.165,88 (nove mil cento e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), sendo que o valor total é de R\$ 117.487,88 (cento e dezessete mil quatrocentos e oitenta e sete reais e oitenta e oito centavos). Retomada a palavra e constatando não haver dúvidas, a Sra. Aline, solicitou ao Secretário Executivo que procedesse a votação. O Sr. Luiz Gustavo, colheu os votos de todos os Conselheiros e após contagem, verificou-se que por unanimidade o Colegiado aprovou o Plano do AEPETI para o ano de dois mil e vinte e três. O **terceiro assunto** da pauta trata da ciência sobre a **Portaria MDS Nº 884 de 10 de maio de 2023** e a Sra. Aline passou a palavra a Sra. Livia. A conselheira explicou que essa portaria dispõe sobre a reprogramação de saldos financeiros constantes dos fundos de assistência social dos Estados e dos municípios, provenientes de repasse do Fundo Nacional de Assistência Social, que foram transferidos para enfrentamento da pandemia de COVID-19, para execução pelos entes federados até 31 de dezembro de 2023. A reprogramação desses saldos remanescentes das Portarias MC nº 369 e nº 378 já foram aprovadas por esse colegiado na reunião de sete de março, Ata nº 250 e Resolução nº 06 de 08/03/23, porém com a ressalva que estávamos aguardando autorização do Governo Federal. Dessa forma, foram autorizadas a utilização dos recursos das contas COVID – Acolhimento, COVID – Alimentação e COVID – EPI pelo Governo Federal. Não havendo dúvidas, passou-se para o próximo assunto. O **quarto assunto** da pauta foi tratado sobre o **Plano de Trabalho da Ação de Inverno para a população em situação de rua**. A Sra. Aline Alves solicitou a Conselheira Jeanete Xavier Damasceno que discorresse sobre o assunto: foi apresentado plano de trabalho da Restitui – Centro de Tratamento para Dependentes Químicos e Alcoólatras para executar o Serviço de Acolhimento Noturno no período de inverno intenso, meses de julho e agosto, com ampliação de vinte e duas vagas por mês, sendo quinze masculinas e sete femininas, durante o período de dois meses. O custo mensal será de R\$ 55.794,20 (cinquenta e cinco mil setecentos e noventa e quatro reais e vinte centavos) e total para os dois meses de R\$ 111.588,40 (cento e onze mil quinhentos e oitenta e oito reais e quarenta centavos). A intenção é utilizar parte do recurso reprogramado da

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like 'Aline', 'Carmen', 'Livia', 'Jeanete', and 'Restitui', along with various initials and marks.

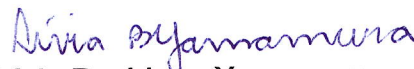


CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

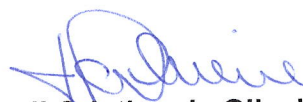
Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

Portaria nº 369 de 29/04/20. Encerrada a explanação, a Sra. Aline abriu a palavra aos Conselheiros para esclarecimentos de dúvidas e em seguida a solicitou ao Secretário Executivo que procedesse a votação. Após manifestação de todos os Conselheiros presentes foi deliberado por unanimidade o Plano de Trabalho da Ação de Inverno para a população em situação de rua. O **quinto assunto** da pauta trata da ciência aos conselheiros dos **Ofícios enviados pelo Governo Federal sobre o andamento de Emendas Parlamentares**. Sra. Aline passou a palavra a Sra. Livia, que explicou que o Governo enviou ao Órgão Gestor com cópia ao COMAS o Ofício nº 192/2023/SNAS/DEFNAS/CINST-SIGTV sobre a programação nº 351050020190004, ofício nº 959/2023/SNAS/DEFNAS/CGGTVDGTV-SIGTV sobre a programação nº 351050020220003 e o ofício nº 1047/2023/SNAS/DEFNAS/CGGTVDGTV-SIGTV sobre a programação nº 351050020220001, dessa forma, o órgão gestor irá elaborar as respostas conforme solicitado, apresentará ao colegiado e encaminhará ao Governo Federal. O **sexto assunto** da pauta é sobre o andamento da **X Conferência Municipal de Assistência Social**. Sra. Aline e Sra. Livia deram ciência aos conselheiros sobre o processo de compra para contratação de empresa para realização das pré-conferências e conferência, assim como dos processos de compra de alimentação e material gráfico. Sra. Aline também falou sobre o Encontro Regional de Orientação sobre as Conferências de Assistência Social que acontecerá em São José dos Campos no próximo dia 29 de maio promovido pelo Conselho Estadual de Assistência Social - CONSEAS/SP, onde participarão a esse encontro ela, a Secretária Municipal e conselheira Sra. Mariana e o secretário executivo Sr. Gustavo. Considerando que os assuntos em pauta foram tratados, votados e deliberados, bem como aqueles que mereciam ciência do Colegiado também foram abordados, a Vice-Presidente do COMAS identificou que nada mais havia a ser tratado pelos Membros presentes. Desta forma, a Sra. Aline Rodrigues Alves Ciaca, agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a presente reunião ordinária. Nada mais havendo a ser tratado eu Luiz Gustavo do Prado, Secretário Executivo deste Conselho lavro esta Ata que vai por mim assinada e pelos demais presentes.


Aline Rodrigues Alves Ciaca
Vice-Presidente


Livia Bachiega Yamamura


Mariana Estella Cestari Lese


Luceli Cristina de Oliveira Cotia


Cintia Yara Silva Barbosa


Daniella Pereira Lellis


Janaina Tavares



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL – COMAS

Lei Municipal nº 1275, de 28 de Junho de 2006 e Lei nº 2.175 de 11 de julho de 2014

Ata n.º 253



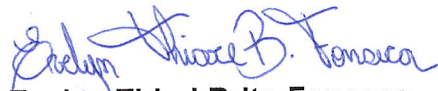
Renata Cristiane de Souza



Iara Freire da Costa



Beatriz Moraes Ferreira



Evelyn Thiari Brito Fonseca



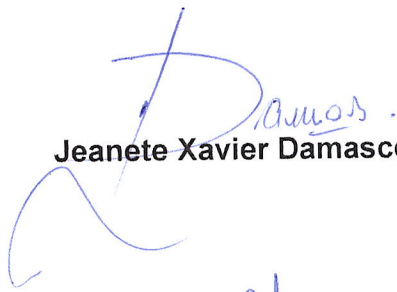
Suelen Helen da Costa Moura



Suelen Simões de Oliveira



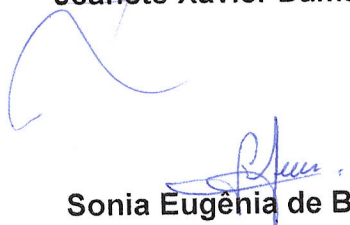
Gisele Rosana dos Santos



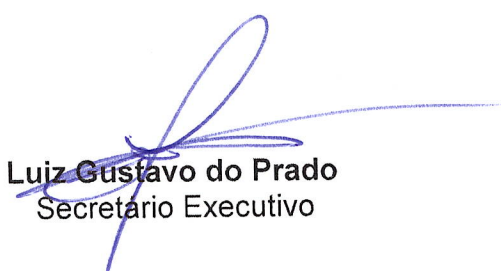
Jeanete Xavier Damasceno



Daniela Bandeira Vaz



Sonia Eugênia de Brito Amaral



Luiz Gustavo do Prado
Secretário Executivo